



O MITO E O MITO DA DOCTRINAÇÃO DE GÊNERO NAS ESCOLAS SOB O OLHAR DA ENUNCIÇÃO

Márcio BATTISTI¹
Cláudia TOLDO²

RESUMO: Este estudo objetiva aproximar a teoria da enunciação, de Émile Benveniste, principalmente os conceitos de língua, homem, sociedade, cultura e sujeito da enunciação, encontrados em seus *Problemas de Linguística Geral I e II*, do conceito de testemunho desenvolvido por Giorgio Agamben no livro *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*, com intuito de analisar o discurso de Jair Bolsonaro, durante a campanha eleitoral de 2018, acerca de uma suposta doutrinação de gênero que, segundo ele, está acontecendo nas escolas brasileiras. Para isso, exploraremos a relação língua/linguagem, evidenciando a potência interpretante da língua sobre a linguagem, esta definida como expressão do pensamento humano, o qual, quando enunciado, possibilita ao homem existir na e pela língua. Além disso, o testemunho de Bolsonaro é nossa materialidade para entendermos a relação linguagem/sociedade e a relação linguagem/cultura, isso porque, segundo a teoria Benvenistiana, a língua contém a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Enunciação. Testemunha. Cultura. Sociedade. Educação.

THE MYTH AND THE MYTH OF GENDER INDOCTRINATION IN SCHOOLS FROM THE LOOK OF STATEMENT

ABSTRACT: This study aims to bring Émile Benveniste's theory of enunciation, especially the concepts of language, man, society, culture and subject of enunciation,

1 Doutor em Letras pela Universidade de Passo Fundo. Mestre em Letras pela Universidade de Passo Fundo (2014). Possui graduação em Letras - Habilitação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e respectivas literaturas pela Universidade de Passo Fundo (2011). Professor de Língua Portuguesa e Redação no Medischool, em Passo Fundo/RS. Professor de Língua Portuguesa e Redação na Escola Redentorista Instituto Menino Deus, em Passo Fundo/RS. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Letras.. Endereço eletrônico: <marciobattisti4@gmail.com>.

2 Docente de Língua Portuguesa e Linguística no Curso de Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF/RS). Possui Graduação em Letras pela UPF/RS (1990), Especialização em Ensino de Língua Portuguesa pela PUC/MG (1992), Mestrado em Letras (Área de concentração: Teorias do texto e do Discurso) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999), Doutorado em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002) e Pós-doutorado em Linguística, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012), com bolsa CAPES. Endereço eletrônico: <claudiast@upf.br>.

found in his *Problemas de Linguística Geral I e II*, to the concept of testimony developed by Giorgio Agamben in the book *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* in order to analyze Jair Bolsonaro's speech during the 2018 election campaign about a supposed gender indoctrination that, according to him, is happening in Brazilian schools. For this end, based on Benveniste's theory, we will explore the language as langue/language relationship, highlighting the interpretive power of langue over language, defined as an expression of human thought, which, when enunciated, allows man to exist in and through the langue. In addition, Bolsonaro's testimony is our materiality for understanding the language/society relationship and the language/culture relationship, because according to the Benvenistian theory, the langue contains the society.

KEYWORDS: Enunciation. Testimony. Culture. Society. Education.

INTRODUÇÃO

Este texto tem o objetivo de fazer reflexões acerca de conceitos trabalhados a partir da Teoria da Enunciação, segundo estudos do linguista Émile Benveniste, principalmente, em suas obras *Problemas de Linguística Geral I* (PLG I) e *Problemas de Linguística Geral II* (PLGII). Nesse artigo, daremos ênfase para questões em torno de conceitos como língua, cultura e sociedade vistos num contexto enunciativo recente.

O período eleitoral para presidência em 2018 fez emergir discursos reveladores acerca da face de uma sociedade que, por muitos anos, manteve sonolento e não tão explicitamente, um caráter segregacionista e opressor. A presença desses discursos, oriundos, muitas vezes, de testemunhas de autoridade, autorizou uma parcela da sociedade a reproduzi-los com naturalidade em certas circunstâncias de diálogo. Vimos com isso o ataque a inúmeros grupos e instituições evidenciando uma desvalorização do conhecimento científico, consolidado pela comunidade acadêmica, e que orientam e organizam o processo de ensino nas escolas brasileiras. Dentro dessa conjuntura, esse texto analisará um discurso que traz uma

acusação acerca de uma “suposta doutrinação” de gênero nas escolas por meio de um “kit gay”, o qual foi bastante difundido durante a campanha presidencial. Tal discurso reduz o processo educacional, descrito, inclusive, em documentos oficiais do Ministério da Educação.

A inspiração para essa reflexão e análise vem daquilo que o linguista Émile Benveniste escreveu em seus *Problemas de Linguística Geral I e II*, pressupostos que vão muito além de simplesmente servir para analisarmos as formas linguísticas numa concepção estruturalista, mas possibilita um olhar para as formas convertidas em discurso a fim de que possamos ler e compreender o homem, a cultura e a sociedade, nosso principal objetivo neste trabalho. Um estudo que toma a linguagem como centro de referência da análise se justifica, porque esta é a essência do humano. O homem não existe a não ser por intermédio da língua. Quem nos ensina isso é Benveniste, em seu texto de 1966, quando afirmou que “[...] antes de servir para comunicar a linguagem serve para viver.” (2006 [1966], p. 222). Logo, não há humanidade nem sociedade que sobreviva sem o exercício da linguagem, porque o próprio da linguagem é significar. E se a linguagem serve para viver, é somente por meio dela que conseguimos expressar nosso testemunho de experiência de mundo, seja no âmbito político, seja no âmbito educacional.

Junto à teoria de Benveniste, trazemos também a noção de testemunho desenvolvida pelo filósofo Giorgio Agamben, no livro *O que resta de Auschwitz*, visto que consideramos o discurso sobre doutrinação de gênero como potência testemunhal representativa da experiência humana na linguagem. Nesse livro, o pensador italiano analisa a produção literária dos sobreviventes dos campos de concentração de Auschwitz, indagando-se sobre as dificuldades de narrar o horror e de testemunhar sobre uma violência que está além da compreensão humana. O foco central da análise desenvolvida por

Giorgio Agamben corresponde aos depoimentos do sobrevivente e escritor Primo Levi, que condicionou a sua sobrevivência à necessidade de contar sua história. Nesse sentido, nosso ponto de partida para desenvolvermos essas reflexões é encontrarmos elementos na teoria da enunciação de Benveniste e nos estudos de Agamben para compreender de que maneira pode-se observar o testemunho da experiência do homem na linguagem.

Nesse contexto, não só analisaremos o testemunho sobre a educação e a suposta doutrinação de gênero, como também revelaremos nosso testemunho como professores, como sujeitos que são parte constitutiva e imprescindível de todo o sistema educacional. Somos testemunhas integrais porque fazemos educação todos dias, porque a escola é o nosso destino corriqueiro, porque vivenciamos todas as nuances sociais que desembocam na escola e com as quais nós precisamos lidar, visto que ignorar, muitas vezes, significa condenar à morte quem a vida já condenou à fome, à violência, à exclusão social. A língua aqui é nosso escudo perante discursos que visam a desqualificar nossa função e, acima de tudo, a língua aqui é nosso artifício, pois é somente por meio dela que conseguimos revelar a sociedade representada por um determinado grupo de indivíduos, dentro de um espaço de ensino. É a língua falando de, neste caso, da sociedade.

Ao construirmos nosso testemunho, numa experiência irrepetível que tão somente a linguagem possibilita, tomamos o discurso de doutrinação de gênero dentro de uma relação que envolve língua, sociedade e cultura. Desse modo, ratificamos a relevância da linguística e dos estudos da linguagem na vida dos indivíduos e das sociedades, conforme descreve Saussure, no *Curso de Linguística Geral*. Essa relação é possível uma vez que Benveniste, seguindo as ponderações já feitas por Saussure, confere à língua o lugar de principal sistema dentro da semiologia geral, pois so-

mente ela é capaz de interpretar a si mesma e a todos os demais sistemas de signos. Além disso, é somente a linguística da enunciação oriunda de Benveniste que nos permite olhar para o homem na língua numa relação com a sociedade e com a cultura.

O axioma benvenistiano, no qual nos inspiramos para desenvolver esse estudo, foi descrito no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, de 1968, escrito por Émile Benveniste e presente no livro *Problemas de Linguística Geral II*. Esse axioma traz a afirmação de que a língua contém a sociedade, o que torna impossível interpretar qualquer fato social fora das expressões linguísticas. Nesse sentido, só é possível ao homem estar na sociedade por meio do uso da língua, condição que assegura sua existência. Além disso, é somente por meio da língua que é possível testemunhar na sociedade e na cultura, terreno onde se encontra o homem. Porém, para que o testemunho seja uma possibilidade de dizer e não algo inenarrável, é necessário que a cultura de um não anule a cultura do outro por meio de um testemunho que sugestiona e justifica a violência. E esta é a principal razão deste texto: apresentar um testemunho, a partir de experiências vivenciadas em ambiente escolar, sobre a sociedade brasileira, no qual esteja contido tudo aquilo que significa ser e fazer educação no Brasil, para que a voz da comunidade escolar não seja calada, bem como para que a cultura na qual estão imersos professores e alunos não seja rechaçada por uma cultura de opressão, disfarçada de acusação de doutrinação de gênero.

A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA, CULTURA E SOCIEDADE

Iniciamos nosso percurso teórico com o texto *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística*, escrito em 1963, no qual Benveniste traz um esclarecimento sobre o objeto duplo da linguística, que é “a ciência da

linguagem” e a “ciência das línguas”, e argumenta em prol da importância de se reconhecer essa diferença, já que os problemas das línguas necessariamente recaem sobre os problemas de linguagem. É também, nesse texto, que Benveniste e outros linguistas da época, mediante a debates teóricos, propõem um estudo sobre a língua que se distancia daqueles propostos pela Filosofia da linguagem e pela linguística histórica, muito presentes e difundidos na época. Inspirados no *Cours de linguistique générale* (1916), esses estudiosos dão início à terceira fase da linguística, caracterizada por “[...] estudar e descrever por meio de uma técnica adequada a realidade linguística atual.” (BENVENISTE, 2005 [1963], p. 21). É nesse percurso que a linguística passa a se preocupar em descrever o funcionamento da língua, isto é, a considerar o fato de que a língua se atualiza por meio de um sistema organizado de signos que é colocado em funcionamento por um indivíduo. Em outras palavras, passa-se a analisar a língua em uso, e é nessa condição que a língua revela sua capacidade tanto de introduzir o sujeito na e pela enunciação, quanto de reproduzir a realidade.

A realidade é produzida por intermédio da linguagem por um sujeito que, ao converter a língua em discurso, reproduz por meio deste a sua experiência do acontecimento. Benveniste (2005 [1963], p. 26) descreve a dupla função do ato de discurso: “[...] para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva.”. É nesse sentido que surge a relação imprescindível entre língua, sociedade e homem, visto ser “[...] dentro da, e pela, língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente.” (BENVENISTE, 2005 [1963], p. 27). É em razão disso que o autor questiona por que o indivíduo e a sociedade, juntos e por igual necessidade, se fundam na língua. A resposta é dada pelo próprio autor: “[...] por-

que a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de simbolizar.” (BENVENISTE, 2005 [1963], p. 27). Posteriormente, em 1968, o linguista, no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, reforça esse pensamento ao mencionar que a linguagem é o único instrumento que possibilita ao homem atingir outro homem, não há outro meio de a sociedade e o homem se relacionarem a não ser pela língua, bem como não há relação entre língua e sociedade sem o homem. Há, portanto, uma relação mútua e necessária entre língua, sociedade e homem.

A organização do pensamento que possibilita a um sujeito transmitir a sua experiência interior a outro sujeito só é possível, porque existe um sistema de signos que é comum entre falantes. Segundo Benveniste (2006) a existência desse sistema revela dados essenciais e profundos da condição humana: o de que não há relação natural, imediata entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem. A linguagem, portanto, é o aparato simbólico intermediário que possibilita a relação do homem com a sua natureza ou a relação com outro homem, estabelecendo a sociedade. Assim, uma estrutura linguística definida e particular é inseparável de uma sociedade também definida e particular. Logo, “[...] língua e sociedade não se concebem uma sem a outra. Uma e outra são dadas.” (BENVENISTE, 1963/2005, p. 31) e encontram-se numa relação de interdependência na qual é impossível falar de uma sem necessariamente mencionar a outra.

A faculdade humana de simbolizar é necessária para que os indivíduos possam se organizar dentro de uma mesma sociedade. É essa capacidade de comunicar, de atribuir sentidos a diferentes signos, que diferencia o homem de outros animais e que possibilita a expressão do pensamento e a organização social. A faculdade de representação simbólica é

inerente ao homem e é por essa razão que, em qualquer contexto que reúna seres humanos, o homem atribuirá uma função significativa para diferentes signos com o objetivo de tornar a comunicação possível.

No livro *O que resta de Auschwitz*, de Giorgio Agamben, o autor recorre aos relatos de Primo Levi, um sobrevivente que testemunha sobre os campos de concentração de Auschwitz, para refletir sobre o dizer e o não poder dizer, uma vez que os traumas provocados pela violência sofrida e, inclusive, a vergonha por terem sobrevivido impedem muitos de falar sobre o acontecimento. É dessa incapacidade de dizer que resulta a necessidade do testemunho em um local onde a vida é reduzida à sobrevivência biológica. Posteriormente, nos ateremos ao conceito de testemunha, porém, antecipamos aqui as narrativas de Primo Levi em razão de exemplificar essa capacidade humana de simbolizar por meio da língua, que é imprescindível para a organização social.

Levi descreve a heterogeneidade de pessoas que eram colocados para sobreviver nos campos de concentração.

Fechem-se entre cercas de arame farpado milhares de indivíduos, diferentes quanto a idade, condição, origem, língua, cultura e hábitos, e ali submetam-nos a uma rotina constante, controlada, idêntica para todos e aquém de todas as necessidades. (LEVI, 1988, p. 127)

Constrói-se, desse modo, entre cercas de arame farpado, uma sociedade, na qual uma

das principais barreiras para a comunicação é a língua. É nesse contexto que as coisas passam a simbolizar e, a partir disso, passa-se a construir um sistema de signos inerente aos campos de concentração. Para Benveniste, “[...] a transformação simbólica dos elementos da reali-

dade ou da experiência em conceitos é o processo pelo qual se cumpre o poder racionalizante do espírito.” (2005 [1963], p. 29). Assim, em Auschwitz, as botas, as colheres, as camisas passam a simbolizar e a integrar um sistema de signos que organizam um sistema econômico chamado de Bolsa, do qual resulta um comércio cuja função principal é assegurar a sobrevivência. Esses símbolos serão “falados pela língua”, que os interpreta.

Conforme descreve Levi (1988), o que se construiu foi uma gíria internacional utilizada para falar nos campos de concentração. O vocábulo que exprime a ideia genérica de furto, por exemplo, é *klepsi-klepsi*, de origem grega. O atraso na *Wäschetaushen*, cerimônia de troca de roupa, significava certamente a próxima total aniquilação do Campo. O tamanho do número de identificação dos prisioneiros simbolizava as condições em que chegaram ali, suas origens e o modo como seriam tratados dentro daquela situação. Os de número maior eram os muçulmanos, considerados, no jargão do Campo, os mortos-vivos, os seres mais inferiores e desprezíveis de Auschwitz. Isso tudo comprova que a linguagem, possibilitada pela língua, é responsável por organizar a realidade e o pensamento e por revelar a experiência humana desse homem que se constitui na e pela língua. É nisso que reside “[...] o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu.” (BENVENISTE, 2005 [1963], p. 27). Isto é, a sociedade Auschwitz e os indivíduos que dela fazem parte só são possíveis pela língua.

Desse modo, ao propormos a análise de discursos acerca de uma suposta doutrinação de gênero nas escolas, interessa-nos as escolhas linguísticas feitas para revelar um testemunho de acusação ao sistema de ensino, ou seja, a nossa análise concentra-se exclusivamente no terreno

da língua. É o que Saussure nos ensina ao mencionar que “[...] é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem.” (SAUSSURE, 2012, p. 41). Portanto, é neste terreno – o da língua – que nos situamos e, a partir dele, analisamos a visão e o conhecimento do sujeito que se enuncia sobre o processo de ensino brasileiro e sobre os documentos que norteiam as práticas pedagógicas, exercício este que encontra na linguagem o ponto fundador da relação entre língua e sociedade, entre homem e o homem na sociedade, entre homem, sociedade e cultura. Isso revela que o homem e a sociedade se determinam mutuamente pela língua, e é somente por intermédio da língua que o indivíduo é capaz de testemunhar o mundo, o seu próprio mundo, a sua cultura e a sua experiência em relação aos problemas que acompanham e dificultam o processo de ensino básico, especialmente o ensino público brasileiro.

Trata-se, portanto, como menciona Benveniste, “[...] de examinar as relações entre duas grandes entidades que são respectivamente a língua e a sociedade.” (2006 [1968], p. 96). Nessa perspectiva, a língua é apresentada como interpretante da sociedade. É no texto de 1968, portanto, que Benveniste nos apresenta duas noções fundamentais para construção deste trabalho: a relação necessária entre língua e sociedade – uma não existe sem a outra; língua e sociedade são tomadas numa relação semiológica – de interpretante e de interpretado. É no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* que Benveniste cunha as primeiras reflexões sobre o princípio de interpretância da língua, o qual será desenvolvido mais profundamente, em 1969, no texto *Semiologia da língua*. Nesse texto Benveniste afirma que a língua é interpretante de todos os demais sistemas de signos e, inclusive, de si própria. A relação semiológica entre siste-

mas implica um sistema interpretante e um sistema interpretado e, nessa relação, “[...] os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, jamais o inverso.” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 55). Isso porque a língua ocupa um lugar particular no universo dos sistemas de signos, uma vez que é dotada de uma dupla significância: o modo semiótico e o modo semântico. O primeiro define-se como a capacidade de constituir unidades pela propriedade da distintividade; o segundo é da ordem do discurso, isto é, do sentido, concedido globalmente que se realiza e se divide em signos.

Quando aproximamos língua e sociedade, devemos levar em consideração a complexidade dessa relação. Essa aproximação não permite relações unívocas que sugiram uma correspondência entre a estrutura social e a estrutura da língua. “A base da estrutura linguística é composta de unidades distintivas, e estas unidades se definem por quatro caracteres: elas são unidades discretas, são um número finito, são combináveis e são hierarquizadas.” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 95). Para tanto, Benveniste propõe ultrapassar esse ponto de vista, para isso, sugere uma tomada de consciência das implicações que envolvem as noções de língua e de sociedade, quando se pretende compará-las.

Assim, o autor apresenta duas acepções de língua e duas acepções para sociedade. Há sociedade como dado empírico, histórico (sociedade chinesa, francesa etc.) e há sociedade como coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens; existe língua como idioma empírico (a língua francesa, a língua assíria etc.) e existe língua como sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação (FLORES, 2013). Flores (2013) pontua que o problema existente entre língua e sociedade se coloca simultaneamente no interior do nível histórico e do nível

fundamental, o que possibilita visadas diferentes das relações possíveis: primeiro, não há relações possíveis no nível histórico, porque entre língua histórica e sociedade histórica não há correlação como um signo de necessidade; segundo, há relações possíveis no nível fundamental. Nesse último nível, língua e sociedade são realidades inconscientes, sempre herdadas, sendo impossível definir um começo tanto para uma quanto para outra, bem como impossível haver mudanças pela vontade dos homens.

Acima de todas as classes e todas as mudanças nas instituições por meio da história, existe uma força maior capaz de assegurar a subsistência coletiva: a língua. “Ela é uma identidade em meio as diversidades individuais.” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 97). Dessa condição resulta a dupla natureza paradoxal da língua: ela é, ao mesmo tempo, imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade. Diante disso, Benveniste afirma que a relação que possibilita à língua analisar a sociedade não é de ordem estrutural, nem tipológica, histórica ou genética e, sim, essa relação é de ordem semiológica. Dessa relação resultam proposições conjuntas: “[...] em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade.” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 97).

A relação semiológica que coloca a língua como interpretante da sociedade se verifica em razão de que é possível isolar, estudar e descrever a língua sem se referir a seu emprego na sociedade, entretanto é impossível descrever a sociedade, a cultura e o homem sem a língua. E em razão de que “[...] a língua fornece a base constante e necessária da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade.” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 98). Portanto, a sociedade torna-se significativa na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua. E por que a língua assume a posição de interpretante da sociedade? Porque é o instrumento de co-

municação comum a todos os homens e, fundamentalmente, porque ela está investida de propriedades semânticas.

E se, por ocasião de algum acontecimento, a língua tornar-se não-língua, dado a impossibilidade de dizer, o que podemos afirmar sobre a sociedade?

A discussão a esse questionamento traz as reflexões seguintes. Vamos a elas.

O TESTEMUNHO DA EXPERIÊNCIA HUMANA NA LINGUAGEM

Para respondermos a essa pergunta, entraremos universo dos campos de concentração de Auschwitz. No livro *O que resta de Auschwitz*, o autor Giorgio Agamben reconstrói, por meio da noção de testemunha, os acontecimentos de um dos campos de concentração através de relatos de um sobrevivente, Primo Levi. Muitos sobreviventes, pelo trauma ou pela vergonha de terem sobrevivido, enquanto outros não tiveram o mesmo destino, sentem-se impossibilitados de proferir qualquer palavra sobre Auschwitz. Sem o uso da palavra, convertida em discurso, tornar-se-ia impossível comunicar a experiência dos prisioneiros, a fim de que a sociedade que se construiu em torno de cercas de arame farpado não viesse a cair na inexistência por não estar contida na língua. É ela que introduz conhecimento sobre o homem. Logo testemunhar é tornar viva uma das experiências mais desastrosas e infelizes ao longo de toda a humanidade, a saber: Auschwitz.

Giorgio Agamben (2008) desenvolveu reflexões importantes sobre a noção de testemunho, as quais contribuirão para discussão neste estudo. Entretanto, para atingirmos nosso objetivo de pesquisa, restringimos as reflexões do filósofo italiano para nos ater ao ponto que norteia toda nossa análise: a língua como potência de dizer. Agamben (2008, p. 146) denomina testemunho

“[...] o sistema das relações entre o dentro e o fora da língua, entre o dizível e o não-dizível em toda língua – ou seja, entre uma potência de dizer e a sua existência, entre uma possibilidade e uma impossibilidade de dizer.”. E é entre meio à possibilidade e à impossibilidade de dizer que o autor situa o sujeito. Pensando novamente na questão de língua em Benveniste a qual, antes de uso, é apenas possibilidade de língua, o sujeito encontra-se em um lugar vazio porque precisa que haja apropriação de um locutor para que o sujeito advenha, juntamente com a enunciação. Desse modo, só pode haver testemunho, assim como só pode haver enunciação, se houver separação constitutiva entre o dizer e o não poder dizer. Nesse sentido, é pertinente trazer parte da reflexão de Agamben para este estudo a fim de pensarmos o discurso de acusação de doutrinação de gênero nas escolas como potência testemunhal que revela uma experiência humana pela linguagem.

Para conceituar testemunha, o filósofo utiliza-se de dois termos oriundos do latim: *Testis*, que “[...] significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro (*terstis*) em um processo ou em um litígio entre dois contendores [...]” e *superstes*, que indica “[...] aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso.” (AGAMBEN, 2008, p. 27). Posteriormente, usando também uma palavra de origem latina, Agamben formula o conceito de *Auctor* que se relaciona com testemunha. *Auctor* é definida como o sujeito que pode servir de fiador à testemunha cuja condição não lhe garante credibilidade.

Primo Levi, embora tenha escrito muitos relatos sobre Auschwitz, não se considera uma testemunha integral, isso porque, para poder testemunhar o todo, ele deveria ter passado pela câmara de gás. Entretanto não é possível testemunhar estando morto. Dessa questão, surge a noção de *shoá* a qual se caracteriza como um acontecimento sem testemunhas, pois é impos-

sível testemunhar de dentro da morte, como também é impossível testemunhar de fora, pois quem está fora está excluído do acontecimento. É dessa impossibilidade de dizer, representada pelo balbucio de uma criança filha de Auschwitz, que o testemunho pode já não ser mais língua, pode ser somente um não-testemunhado. “Isso é o som que provém da lacuna, a não-língua que se fala sozinho, de que a língua responde, em que nasce a língua.” (AGAMBEN, 2008, p. 48).

Tanto aqueles que morreram nas câmaras de gás, quanto o menino que balbucia porque não tem língua testemunham por meio das palavras de um outro. “Isso significa que o testemunho é o encontro entre duas impossibilidades de testemunhar, que a língua, para testemunhar, deve ceder lugar a uma não-língua, mostrar a impossibilidade de testemunhar.” (AGAMBEN, 2008, p. 48). O intestemunhável tem nome, é chamado nos campos de “muçulmano”. Inúmeras possibilidades surgiram nos campos de concentração para defini-lo: cadáver ambulante, homens-múmia, mortos-vivos. Tratam-se de presos que já não tinham condições de falar, não possuíam mais condição de discernimento. Eram refutados tanto pelos soldados nazistas quanto pelos próprios prisioneiros.

É o ato de semiotizar, por meio do testemunho, que possibilita a existência de uma sociedade. Ao semiotizar, semantiza-se – pela língua. Não fosse o testemunho pela e na língua, Auschwitz não existiria, isso porque “[...] nada pode ser compreendido – é preciso convencer-se disto – que não tenha sido reduzido à língua.” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 99). A língua é, por excelência, o instrumento próprio para descrever, conceituar, interpretar tudo aquilo que envolve e implica a sociedade. Porém, só é possível testemunhar quando indivíduos fazem parte de uma mesma cultura, fora dessa circunstância não há acordo de sentido. Benveniste menciona que cultura é inerente

à sociedade e que é uma forma de expressão privilegiada da sociedade. Assim, ao apresentar-se como forma de expressão de uma sociedade, a cultura se aproxima da língua sem, no entanto, prescindir dela. Essa relação se concretiza por meio de fatos de vocabulário de que se servem historiadores da sociedade e da cultura. “O vocabulário conserva testemunhos insubstituíveis sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos, sobre os modos de produção que foram sucessiva e simultaneamente empregados, etc.” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 100). Isso comprova que sociedade e cultura estão intimamente relacionadas, e a língua é a responsável por essa relação.

Voltando à ideia de uma impossibilidade de testemunho, tomamos como referência a noção de *superstes*, um sujeito que viveu uma experiência dentro de uma cultura e cujo relato é ininteligível para quem está fora dela. Nessa circunstância, conforme Agamben (2008), não há língua para o testemunho. Flores e Severo (2015) pontuam a ideia Benvenistiana de língua aceita por Agamben (2008) a de que língua é um sistema semiológico que possui um modo de significação compartilhado – o semiótico – que não só torna possível a comunicação humana como possibilita interpretar outros sistemas semiológicos, dentre eles a cultura, responsável também pela construção do sentido. Nesse contexto, o papel do testemunho é o de construir pontos de comunicação entre diferentes culturas.

No contexto de Auschwitz, há uma cultura bem específica, que se configura também pela capacidade de simbolizar de onde se origina um jargão específico dos campos e dentro da qual seus integrantes compartilham significados e, conseqüentemente, uma língua. A experiência vivida e convertida em testemunho só é passível de significar em uma língua compreensível, fora dessa condição, envolvendo sujeitos que não partilham de uma

mesma cultura, não há língua que possibilite um testemunho. A impossibilidade de testemunho que resulta na não língua, portanto, encontra-se na ausência de um sistema semiótico entre culturas que não compartilham uma língua capaz de produzir sentido. Entretanto, conforme Flores e Severo (2015, p. 18), “[...] a linguagem – maior, mais radical e mais profunda do que as línguas ou quaisquer sistemas semiológicos isolados – encontra humanos caminhos para que a significação aconteça, para que o homem continue de alguma forma trocando significados.”.

Logo, a língua, com sua capacidade inerente de significar, torna vivo o homem, a cultura e a sociedade. É na e pela língua, na e pela cultura que o homem se constitui, por isso as relações entre homens são também relações entre línguas e culturas. É partindo desses pressupostos que analisaremos o testemunho acerca de uma suposta doutrinação de gênero nas escolas brasileiras. Buscaremos, com isso, compreender se a cultura revelada por esse discurso possibilita uma possível comunicação com a cultura na qual está inserida a comunidade escolar. Além disso, também analisaremos, por meio das formas linguísticas que engendram os testemunhos do presidente eleito, que sociedade é esta em que os problemas de educação se limitam a uma questão de doutrinação de gênero, quando se ignoram muitas outras questões que desembocam no ambiente escolar. Será que falamos de sujeitos membros de uma mesma cultura e, conseqüentemente, pertencentes a uma mesma sociedade?

DOCTRINAÇÃO DE GÊNERO: O QUE PODEMOS TESTEMUNHAR DESSA ACUSAÇÃO?

Nesta seção, propomo-nos a desenvolver uma reflexão acerca de um discurso sobre educação que ganhou visibilidade durante a campanha

eleitoral de 2018, no Brasil. Durante esse processo, os candidatos foram convidados a apresentar suas propostas para a melhoria da educação pública. É nesse contexto que emerge um discurso que traz uma acusação a respeito de uma suposta doutrinação de gênero nas escolas. Esse discurso menciona a existência de um

“*Kit Gay*” que, consoante hipótese levantada, estava sendo distribuído pelo Ministério da Educação em todas as unidades escolares do Brasil para doutrinar os alunos no que diz respeito à orientação sexual.

Para desenvolver essa análise, amparamo-nos na teoria da enunciação, descrita por Émile Benveniste, em seus *Problemas de linguística Geral I e II*, mais especificamente no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, escrito em 1968. É nesse texto, explorado na primeira seção da fundamentação teórica, que encontramos duas noções fundamentais para construção da análise: a língua interpreta a sociedade e a língua contém a sociedade. Noções essas aprofundadas no texto *Semiologia da língua*, de 1969, no qual Benveniste afirma que todos os sistemas estão em relação com a língua, sendo ela a responsável por desempenhar o papel de interpretante semiológico, isto é, de modelo que serve para definir seus termos e suas relações. Do ponto de vista semiológico, as proposições significativas entram no universo do homem mediadas pela língua, sistema que organiza e garante que, quando no discurso, ele as interprete e atualiza sua maneira de se relacionar e de estar no mundo. É por esse caminho que tentamos revelar, mediante a análise do emprego das formas que constituem o discurso de doutrinação de gênero nas escolas, que sociedade é essa que emana de uma enunciação que sugere a existência de um “*kit gay*” como referencial pedagógico para formação educacional de diversas crianças brasileiras.

Em relação ao pensamento filosófico de Agamben, descrito na segunda parte da seção de fundamentação teórica, interessa-nos, essencialmente, como se dá a relação entre linguagem, homem e língua no processo de construção de um testemunho sobre educação de uma testemunha que não está integralmente envolvida com o ambiente escolar e, consequentemente, com o processo de ensino. Assim, a afinidade entre os estudos de Agamben e a teoria de Benveniste concretiza-se no interesse pelas questões de subjetividade, intersubjetividade, sujeito e linguagem. Nessa perspectiva, o discurso sob análise consiste em nossa materialidade discursiva, a fim de descrevermos os lugares do homem e da experiência humana, fundamentados no interior de uma cultura específica, em que língua e linguagem orientam a possibilidade ou a impossibilidade de poder testemunhar sobre experiência vivida dentro do ensino brasileiro.

A leitura que faremos do discurso de doutrinação de gênero se atém às escolhas das formas linguísticas escolhidas pelo locutor em seu dizer, para que, desse modo, possamos descrever o sujeito que testemunha e o que o seu testemunho revela sobre a cultura e sobre a sociedade da qual ele faz parte. Isso vai ao encontro da concepção de que a inscrição do homem no mundo se dá de maneira singular mediante a apropriação da língua pelo locutor. É nesse contexto que, amparados pela teoria enunciativa de Benveniste, encaminhamos nossa discussão para pensar o lugar de uma análise enunciativa da língua. Uma análise dessa natureza possibilita um olhar para singularidade que constitui o outro, para a fala do outro, para a cultura e sociedade nas quais o outro está inserido.

Nosso objetivo é desenvolver uma análise cujo *corpus* seja o discurso de acusação de que há, nas escolas, uma doutrinação de gênero por meio de um “*kit gay*”; nossa intenção é de não apenas levar em considera-

ção essa enunciação que reconstrói essa experiência, mas também considerar nosso testemunho – enquanto professores –, visto que estamos envolvidos diretamente com o processo de ensino dentro das escolas. Isso possibilitará tecermos uma análise que consiga descrever de modo mais abrangente se a sociedade construída no discurso sob análise possui valores e características consoantes à sociedade que engloba a comunidade escolar. Outra questão que contemplará nossa análise é se a cultura do sujeito que se enuncia, por meio do discurso de acusação de doutrinação, não impossibilita a comunidade escolar de testemunhar visto que se tratam de culturas muito distintas, o que impossibilita qualquer acordo de sentido.

O discurso o qual nos propomos a analisar foi proferido durante uma reunião da Comissão da Educação, em junho de 2016. A reunião em questão visava discutir o ensino sobre identidade de gênero e orientação sexual nas escolas públicas. O trecho a seguir corresponde à transcrição desse discurso.

Transcrição do discurso sobre doutrinação de gênero nas escolas

Que a nossa educação tá na lona não tem dúvida, quem diz é o próprio Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o PISA. De 64 países, nós fomos o 58º agora. Uma simples regra de três, 70% dos alunos da nona série erraram a questão, uma vergonha, treze anos de pátria educadora, prefiro chamar de escolas doutrinatoras ou deformadoras. Isso aqui (mostrando o livro *Aparelho sexual e cia*) serve para deformar o caráter das criancinhas, escola não é lugar de aprender isso aqui [...] Escola é lugar de aprender física, química, matemática, biologia, educação moral e cívica, a verdade sobre aquele período lá de atrás, não essa mentirada que tá aí, assim nós podemos realmente tirar da miséria nosso povo, através da instrução e não através da doutrinação. (Fonte: Bolsonaro mostra a verdade e secretário do MEC foge da comissão de educação)

O texto de Benveniste *Estrutura da língua estrutura da sociedade* (1968), além de apresentar uma reflexão sobre a distinção pessoa/não pessoa, aborda conceitos fundamentais da teoria benvenistiana: a relação linguagem/sociedade e a relação linguagem/cultura. Trata-se, portanto, da indispensável relação entre língua e sociedade, o que reforça o pensamento de Benveniste de que a língua contém a sociedade. É norteados por esses pressupostos que desenvolveremos aqui uma reflexão sobre o discurso de doutrinação de gênero, visto que, ao fazer uso do aparelho formal da língua e convertê-la em discurso, o locutor se institui como sujeito representante de um determinado grupo social e de uma determinada cultura. Com isso, suas escolhas linguísticas constroem uma enunciação e, por meio desta, é possível traçar um perfil tanto do grupo representado, como do meio social, isso porque a língua é interpretante da sociedade.

Conforme Benveniste (2006), a relação da língua com a sociedade é construída por meio da análise, isto é, a língua é um meio de analisar a sociedade. Reforçamos aqui dois pressupostos fundamentais descritos por Benveniste no texto *Estrutura da língua estrutura e da sociedade*, primeiro, a língua é interpretante da sociedade; segundo, a língua contém a sociedade. É seguindo essas acepções que afirmamos que no momento em que se diz prefiro chamar de escolas doutrinadoras ou deformadoras – discurso este que possui fiéis seguidores nas redes sociais – os termos doutrinadoras e deformadoras sugerem que a escola tem o poder de transformar a natureza humana de um aluno, não no que diz respeito a princípios de cidadania, mas especificamente em relação a sua orientação sexual. Ao dizer que há uma doutrinação de gênero nas escolas, pressupõe-se que abordar temas referentes à sexualidade é induzir alunos a

adotar um comportamento homoafetivo, como se isso fosse possível meramente pela exposição do tema. Além disso, a escolha da forma deformadoras, no contexto enunciativo em que foi empregado, sugere que ser homossexual é ser deformado, apontando para um sentido negativo do termo, expresso pelo prefixo (de). Sustentamos essa afirmação uma vez que o preconceito está na língua – é o emprego das formas em dada situação enunciativa que revela um posicionamento preconceituoso. Como afirma Saussure, no *Curso de Linguística Geral*, é preciso colocar-se no território da língua e é por fazer isso que salientamos a afirmação de que o testemunho sob análise revela uma cultura de preconceito, de diferença, de inferiorização.

Na sequência, esse discurso acusa as escolas de trabalharem com o livro *Aparelho sexual e cia: um guia inusitado para crianças descoladas*, editado pelo selo juvenil da Companhia das Letras, definido pelo discurso sob análise de “*Kit Gay*”. Acerca disso, o texto menciona que “Isso aqui (o livro) serve para deformar o caráter das criancinhas.”. Ao mencionar que a escola trabalha com tal livro, o sujeito enunciador evidencia seu “raso ou inexistente” conhecimento sobre os *Parâmetros Curriculares Nacionais* e sobre os temas transversais descritos nesse documento. Acusar a escola de deformar o caráter das criancinhas/crianças é comprovar que a testemunha que revela sua experiência sobre educação desconhece a verdadeira função social da escola, além de ignorar completamente a relevância da educação na formação da cidadania e do respeito às diferenças. Se falar sobre gênero na escola é doutrinar ou deformar crianças é porque se ignora todos os índices de violência que tornam a sociedade brasileira uma das mais violentas do mundo. Falar de gênero nas escolas e falar do respeito às minorias é estabelecer uma tentativa de reduzir índices como

o apresentado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), a qual divulgou que, apenas em 2017, 179 travestis ou transexuais foram mortos, dos quais 85% dos casos apresentaram requintes de crueldade como uso excessivo de violência, esquartejamento e afogamento. “A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem.” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 93). Isso significa que é por meio da língua que interpretamos a realidade, bem como é por meio da língua que é possível comunicar e apresentar casos de violência como esse, logo é somente por meio do emprego da língua durante a trajetória escolar que nós professores formaremos alunos que refutem qualquer manifestação de ódio que incite a violência a determinados grupos.

A condição de interpretância da língua pode ser compreendida mediante três situações: primeiro, o vocabulário que “[...] conserva testemunhos insubstituíveis sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos, sobre os modos de produção que foram sucessiva ou simultaneamente empregados, etc.” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 100); segundo, a diversidade das referências que diz respeito ao testemunho e a condição de emprego que devemos fazer das formas; terceiro, o fato de que cada um fala a partir de si, isto é, “[...] para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros.” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 101). Isso significa que ao fazer uso da língua, a testemunha revela sua experiência de mundo pela linguagem e convida seu interlocutor a partilhar de um mesmo universo enunciativo. Um mesmo testemunho. Quando o locutor afirma que escola é lugar de aprender física, química, matemática, biologia, educação moral e cívica, a verdade sobre aquele período lá de atrás,

seu testemunho o institui como sujeito em relação ao outro. Dizer que a escola é um espaço que serve simplesmente para transmitir conhecimento é fazer do emprego de formas linguísticas um meio para transmitir informações que servem de moeda eleitoral. O vocabulário empregado, a enunciação construída leva em consideração um tu que também desconhece a função social da escola e a realidade que circunscreve esse espaço. Ao insistir que a escola deve simplesmente trabalhar com conteúdos específicos de cada disciplina, a testemunha nega todos os outros problemas sociais que desembocam nas escolas e sugere, assim, por meio de seu discurso, uma sociedade incoerente com a real.

O problema de educação não se limita à falta de conhecimento dos conteúdos da matemática que levou 70% dos alunos a errar uma simples regra de três. Para falar de problemas de educação e da dificuldade de aprendizado é imprescindível levar em consideração os índices de pobreza e de abusos infantis, por exemplo. Dados do Cenário da Infância e da Adolescência no Brasil, divulgados em 2017, destacam que 17,3 milhões de crianças e adolescentes de até 14 anos vivem em domicílios de baixa renda, destes, 5,8 milhões em situação de extrema pobreza. Segundo o boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde em 2018, entre 2011 e 2017, foram notificados 184.524 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Não há como uma criança ir bem na escola ou acertar uma conta de matemática se está passando fome ou sofrendo violência sexual dentro da própria casa. Antes de acusar a escola de promover uma doutrinação de gênero e de sugerir educação moral e cívica, é necessário promover ações para redução da pobreza e da violência sexual que contribuem expressivamente para evasão escolar, por isso, a extrema relevância de a escola abordar temas como a sexualidade. São esses moti-

vos que nos levam a afirmar que a sociedade construída na enunciação que sugere uma doutrinação não é a mesma que nós professores vivenciamos nas escolas.

Benveniste destaca que a língua é um meio de comunicação que é e deve ser comum a todos os membros da sociedade. É a condição de ser um instrumento de comunicação que assegura que a língua seja investida de propriedades semânticas e que funcione como uma máquina de produzir sentidos.

Nós dissemos que existem de um lado unidades significantes, em segundo lugar a capacidade de arranjar estes signos de maneira significativa, e em terceiro lugar, diríamos, existe a propriedade sintagmática, ou seja, a de combiná-los em certas regras de consecução e somente de certa maneira. (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 99)

As combinações das unidades significantes que resultam na enunciação remetem a um pensar a língua enquanto valor. As escolhas linguísticas “*Kit Gay*” implicam o valor de que as escolas, realmente, possuem um material didático capaz de provocar mudanças na orientação sexual das crianças, ou seja, “*Kit Gay*” aqui é material de “fazer gays”.

Se a língua é comum a todos os falantes de uma mesma comunidade, nem sempre os valores construídos na enunciação são assimilados da mesma forma. O termo sexualidade, sugerido como tema transversal nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs) desde 1997, é mencionado como um conceito amplo, capaz de fazer com que os alunos compreendam a si mesmos e saibam lidar com seu mundo interno, com suas emoções e sentimentos, com seus valores e crenças. Sexualidade não é empregado na acepção de sexo, mas sim como pretexto para educação sexual, trabalhada de acordo com a idade das crianças e dos adolescentes. Re-

fletir sobre sexualidade com os alunos é uma forma de prevenir a gravidez na adolescência, de evitar doenças sexualmente transmissíveis e de fazer com que o Brasil deixe de ocupar o 4º lugar no ranking mundial de casamento infantil. Tratar de questões de sexualidade significa, no sentido mais amplo possível de se registrar, educar crianças, adolescentes, jovens e seus familiares – função da escola, também. Diferente do que supõe esse testemunho, sexualidade na escola não é empregado no sentido de incentivo aos alunos para que tenham relações sexuais, muito menos como forma de motivar as crianças a serem homossexuais, ou melhor, seguindo as escolhas linguísticas do discurso em questão, não serve para “deformar” o caráter das criancinhas, mas de formar pessoas educadas e informá-las do mundo – e de suas idiosincrasias – em que estão inseridas.

A língua é, por excelência, um instrumento de analisar, de descrever, de interpretar a experiência humana no seio social. Afirmar que há doutrinação de gênero nas escolas e que escola serve apenas para ensinar equivale ao mesmo valor de dizer “eu nunca estive numa escola pública”. São as escolhas linguísticas da testemunha que revelam ou não a falta de conhecimento sobre os reais problemas que o ensino público brasileiro enfrenta. As propostas para educação que suscitam esse discurso se restringem a acusações infundadas, no trecho: “[...] a verdade sobre aquele período lá de atrás, não essa mentirada que tá aí [...]”, há a acusação de que o ensino nas escolas não traz uma visão realista sobre o período da Ditadura Militar, ou seja, se um professor afirmar que houve violência e tortura durante esse período, já não está mais sendo fiel à História e está promovendo uma doutrinação que não condiz com os objetivos da educação escolar.

A relação entre língua e sociedade concentra-se na oposição entre o que é da ordem subjetiva e não subjetiva, a relação eu e tu, e na oposi-

ção entre eu-tu, enquanto estrutura de interlocução que coloca as pessoas em situação de diálogo. É o sistema eu-tu/ele, que coloca em oposição a pessoa e a não pessoa, que possibilita a construção da referência e o discurso sobre o mundo, a sociedade e a cultura. Cada vez que alguém se apresenta como eu em relação ao outro, o falante, nesse instante como sujeito do discurso, insere-se não apenas na sociedade, mas também em um grupo social no qual o emprego da língua se faz de modo singular. O sujeito do discurso de doutrinação de gênero tem um tu específico que também partilha do mesmo pensamento de que a escola doutrina e deforma crianças. Os professores, que são os principais sujeitos no processo de ensino, são colocados como não pessoa no interior de uma enunciação que revela uma sociedade conservadora, machista, preconceituosa, violenta e avessa a sua própria realidade.

Ao se colocar como testemunha da educação, o sujeito que se enuncia acaba delegando aos professores o papel da inexistência pelo não reconhecimento, em especial, dos trabalhos sociais, de formação humana e cidadã desenvolvidos pela comunidade escolar. O sujeito do discurso assume o papel de *terstis* ao testemunhar em terceira pessoa aquilo que, segundo ele, tem sido o foco do ensino: a doutrinação de gênero. O discurso de doutrinação encontra credibilidade em meio a uma sociedade imersa em uma cultura cujo diálogo visa a inferiorizar e a desqualificar a figura do professor e toda a sua formação que justifica sua função como educador. Essa acusação coloca os professores na mesma condição dos muçulmanos nos campos de concentração, isto é, sujeitos que, em meio a uma cultura de desvalorização da educação, passam a fazer uso de uma não língua, incompreendida por pessoas, cuja cultura desconhece a verdadeira função

social da escola, cuja cultura revela uma sociedade impregnada por inúmeras formas de desigualdade social.

É uma sociedade em que o testemunho de um sujeito, neste caso do candidato à presidência, encontra sentido no interior de uma cultura segregacionista. Entre a testemunha da doutrinação e a educação, há uma impossibilidade de comunicação. A cultura da qual as escolas fazem parte reconhece a relevância de abordar temas referentes a gêneros, à violência sexual, às desigualdades sociais, ao racismo, ao sexismo, visto que a língua torna esses problemas existentes e, se eles existem, a educação é o principal mecanismo para combater uma cultura cujo discurso ignora todas essas formas de opressão. É por não reconhecer todas essas questões que desembocam nas escolas que a cultura e, portanto, a sociedade revelada nesse discurso não encontra acordo de sentido com a cultura e, portanto, com a sociedade na qual as escolas estão inseridas. É por esse motivo que o testemunho de doutrinação jamais será o testemunho da educação básica brasileira.

Benveniste é claro quando afirma que:

[...] é a inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos da enunciação.”
(BENVENISTE, 2006 [1968], p. 101)

Se a realidade de um discurso cujo enunciador é a figura de uma testemunha que desconhece a realidade das escolas, a possibilidade de o aluno se constituir sujeito na e pela linguagem passa a ser uma utopia, ou seja, não há acordo de sentido que permita ao aluno ser sujeito da sua língua, da sua cultura, de seu mundo, da sua sociedade, da sua escola. E por quê? Porque a



língua mais que comunicar serve para viver. Uma utopia em que não seria exagero lembrar de uma realidade vivida ainda nos campos de concentração nazista para quem a possibilidade de fala jamais existiu, visto que o modo de enunciação de uma cultura fascista é justamente obrigar a não dizer. É por isso que o testemunho de um sujeito pertencente a uma cultura democrática, cujo princípio básico é libertar as pessoas para dizer e, portanto, para viver, precisa fundamentar-se no preceito de que a única possibilidade de um homem se constituir como sujeito é na e pela língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O testemunho de doutrinação não revela apenas um posicionamento particular sobre a educação, revela também uma sociedade que desconhece a função da escola porque ignora a realidade como um todo. Ao acusar a escola de doutrinação de gênero, o discurso que analisamos revela um sujeito totalmente ignorante em relação ao fato de que os problemas que tornam a educação precária não são exclusivamente da área de ensino e da maneira como os conteúdos são trabalhados em sala de aula. Qualquer discussão que se queira honesta e produtiva sobre ensino deve levar em consideração uma sociedade marcada pela desigualdade social, pela pobreza, pela violência sexual, problemas esses que acompanham os alunos dentro e fora de sala de aula. Para isso, é preciso estar imerso em uma cultura que reconheça que as lacunas na educação se devem muito mais a elementos externos do que internos ao ambiente escolar. Se não é possível ensinar conteúdos básicos para uma criança faminta, seria possível doutriná-la e mudar sua orientação sexual?

O discurso que sugere uma doutrinação de gênero encontrou um grupo expressivo de apoiadores que passaram a reproduzir essa acusação. A par-

tir disso, duas culturas e duas sociedades se instituem dentro de um mesmo território, e isso, de certa forma, representa o processo eleitoral brasileiro de 2018. De um lado, uma cultura que nega qualquer possibilidade de se abordar questões de gênero nas escolas e que vê o processo de ensino como um mecanismo de deformação do caráter das crianças e de implementação de uma doutrinação comunista. De outro, uma cultura representada por professores que convivem diariamente com uma realidade hostil e ignorada pela maioria dos representantes políticos e que mesmo com poucos recursos se esforçam para tornar o ensino significativo para milhares de crianças. Porém, para que isso seja compreendido pela maioria da sociedade brasileira, especialmente por aqueles que não partilham dessa cultura, é preciso que haja afetividade entre os sujeitos pertencentes a essas culturas.

Enfim, em meio a relação entre homem, cultura e sociedade, existe o testemunho de professores que acreditam que não existe outra maneira de se instituir na sociedade e de pertencer a uma cultura que não seja por meio da língua. É por isso que esse texto também é um testemunho de resistência para assegurar o direito de cada professor de se apropriar do aparelho formal da língua e convertê-la em discurso, para, por sua enunciação, evitar qualquer forma de injustiça que demonize os professores e todo o processo de ensino do qual fazemos parte.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

BENVENISTE, Émile. (1963). Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Salum. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.



BENVENISTE, Émile. (1966). A forma e o sentido na linguagem. *In*: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BENVENISTE, Émile. (1968). Estrutura da língua e estrutura da sociedade. *In*: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BENVENISTE, Émile. (1969). Semiologia da língua. *In*: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006f.

BOLSONARO MOSTRA A VERDADE E SECRETÁRIO DO MEC FOGE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rSv-PuPe6OqU>. Acesso em: 15 set. de 2018.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento; SEVERO, Renata Trindade. Linguagem e cultura: uma abordagem com Benveniste. *Veredas*, Juiz de Fora, MG, v. 2, p. 310-330, 2015.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Trad. de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 28. ed. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix, 2012.

Envio: Agosto de 2020.
Aceito: Outubro 2023.